

ASS. CONST. - FORÇAS ARMADAS

Papel dos militares preocupa a Brandão

JORNAL DE BRASÍLIA, 7 DEZ 1986

O deputado fluminense Brandão Monteiro, candidato à liderança do PDT na Câmara, apontou, ontem, a definição do papel das Forças Armadas na vida institucional brasileira, pela Constituinte, como uma "questão essencial para indicar o futuro político do País".

Segundo o parlamentar pedetista, o processo de democratização não avançará no Brasil e a instabilidade política persistirá enquanto os militares continuarem cuidando da ordem interna".

"Nós não avançaremos politicamente enquanto não entendermos que as Forças Armadas são instrumento importante de unidade nacional, mas que devem ser submetidas ao governo civil, com a tarefa específica de defesa externa do País" — disse Brandão Monteiro, citando como exemplo de ação que as Forças Armadas não devem desempenhar a intervenção registrada no Rio de Janeiro, sexta-feira última, de tropas e tanques do Exército, utilizados para "intimidar grevistas".

O candidato a líder do PT adiantou que vai propor a definição do papel das Forças Armadas — nos termos que ele concebe — dentro do programa mínimo que o PDT levará à Assembleia Constituinte. Tal programa começará a ser definido, na próxima sexta-feira, durante a reunião do Diretório Nacional do partido com as bancadas estaduais e federal eleitas pelo PDT em todo o País.

Além do papel das Forças Armadas, o representante do estado do Rio entende que o PDT deve encarar como prioridades na Constituinte questões como reforma agrária; reforma judiciária; criação de mecanismos de controle da economia pelo Congresso e revisão do conceito de concessão de serviços públicos.

A respeito da reforma

agrária, diz Brandão Monteiro que o mínimo de equilíbrio na redistribuição da riqueza nacional não será alcançado sem que essa reforma seja efetivamente posta em prática. Para o deputado pedetista, é preciso que a Constituinte defina, "com clareza", a forma de execução da política agrária; de modo a evitar os impasses atualmente registrados, inclusive entre o Executivo e o Judiciário.

Quanto à reforma judiciária, Brandão Monteiro propõe a criação de um "Conselho Constitucional", que julgaria a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da lei. A seu ver, "é inconcebível" que a iniciativa nessa questão continue sendo um privilégio do Procurador-geral da República. O Conselho Constitucional — acrescenta — poderia ser indicado metade pelo Supremo Tribunal Federal e metade pelo Congresso.

Economia

A respeito do controle da economia pelo Parlamento, o candidato a líder do PDT afirma que, num regime democrático, é inaceitável que as decisões que dizem respeito aos interesses populares continuem sendo adotadas por tecnocratas, através de decreto-lei, sem a participação do Congresso. O Legislativo, na sua opinião, também deve ter participação direta nas soluções para o problema da dívida externa.

Em relação às concessões de serviço público, Brandão Monteiro deu ênfase ao problema dos meios de comunicação, considerando necessária a criação de mecanismos capazes de reduzir o poder político de certas concessionárias e estimular a formação de redes regionais de TV, como forma de preservar a cultura local e ampliar o mercado de trabalho dos profissionais do setor.